



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ANÁLISE.....	4
1. ORÇAMENTO FISCAL.....	4
1.1 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS	5
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
2.1 APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	7
2.2 ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9
2.3 DA RECEITA	10
2.3.1 Receita por Fontes	10
2.3.2 Receita Tributária	11
2.3.3 Receita de Contribuições.....	13
2.3.4 Receita de Transferências.....	13
2.3.5 Receita de Dívida Ativa	14
2.3.6 Receita de Operações de Crédito.....	15
2.3.7 Receita de Alienação de Bens.....	15
2.4 DA DESPESA.....	16
2.4.1 Despesas por Função de Governo.....	17
2.4.2 Despesas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de Despesa	17
3. ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA	20
3.1 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	20
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL	22
4.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL	22
4.2 VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO CONSOLIDADO	23
4.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	25
4.4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL	26
4.5 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	28
4.5.1 Dívida Consolidada.....	28
4.5.2 Dívida Flutuante.....	29
4.5.3 Comportamento da Dívida Ativa.....	30
5. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS.	31
5.1 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	32
5.1.1 Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	33
5.1.2 Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	34
5.1.3 Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção da educação básica.....	34



5.1.4	Prestação de Contas ao CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	36
5.1.5	Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Educação	36
5.2	APLICAÇÃO RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 37	
5.2.1	Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	37
5.2.2	Verificação do Cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	37
5.2.3	Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Saúde.....	38
	Total Vinculado à Saúde em 31/12/2011	38
5.3	DESPESAS COM PESSOAL.....	39
5.3.1	Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101/2000).....	39
5.3.2	Limite máximo de 60% da RCL para gastos com pessoal do Município.....	39
5.3.3	Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos) – Artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000	40
5.3.4	Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000	40
5.4	VERIFICAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS DO PODER LEGISLATIVO	41
5.4.1	Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF).....	41
5.4.2	Limite Máximo de 5% da Receita do Município para a Remuneração Total dos Vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)	41
5.4.3	Limite Máximo de 70% da Receita da Câmara para o total da despesa relativa à folha de pagamento, inclusive dos vereadores (artigo 29-A, § 1º da CF) 42	
6.	GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO	43
6.1	METAS REALIZADAS EM RELAÇÃO ÀS PREVISTAS	43
6.1.1	Meta Fiscal de Resultado Nominal prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º.....	43
6.1.2	Meta Fiscal de Resultado Primário prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º.....	43
6.1.3	Metas Bimestrais de Arrecadação – Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 8º c/c 9º e 13º	44
6.2	PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....	45
6.3	PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	45
	ANEXOS	47



APRESENTAÇÃO

O Município de TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, está sujeito ao regime de Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional, Patrimonial e Fiscal pelo Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado.

Em atendimento a esses preceitos legais, encaminha-se o Relatório Circunstanciado sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do município de Tunápolis – SC, referente ao exercício financeiro de 2011.

ANÁLISE

O presente relatório apresenta as informações completas sobre a gestão dos recursos públicos, iniciando pela análise da execução do orçamento fiscal.

1. ORÇAMENTO FISCAL

O orçamento fiscal do município de TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, aprovado pela **Lei Municipal nº. 1.022**, de 29 / 10 / 2010, estima a RECEITA em **R\$ 10.028.390,61** e fixa a DESPESA em igual valor. A dotação reserva de contingência foi orçada em R\$ 20.000,00 correspondendo a 0,20% da Receita Corrente Líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, bem como, as datas da realização das respectivas audiências públicas.

Instrumento Legal	Lei Municipal	Data Audiência
Plano Plurianual	Lei nº 1.012 de 23/09/2010	05/08/2010
Lei de Diretrizes Orçamentárias	Lei nº 1.015 de 15/10/2010	20/09/2010
Lei Orçamentária Anual	Lei nº 1.022 de 29/10/2010	04/10/2010



1.1 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	10.028.390,61
Ordinários	10.013.390,91
Reserva de Contingência	15.000,00
(+) Créditos Adicionais	4.919.303,92
Suplementares	4.919.303,92
Especiais	0,00
(-) Anulações de Créditos	(912.137,43)
Orçamentários/Suplementares	912.137,43
(=) Créditos Autorizados (Despesa Autorizada)	14.035.557,10

Os créditos adicionais abertos no período em exame atingiram o montante de R\$ 4.919.303,92 equivalendo a 38,66% do total da receita arrecadada. Para a abertura dos créditos adicionais anteriormente demonstrados, foram utilizados os seguintes recursos:

Recursos para abertura de Créditos Adicionais	Valor (R\$)	%
Anulação de Créditos Ordinários	912.137,43	18,54
Excesso de Arrecadação	1.724.544,26	35,06
Superávit Financeiro	712.322,23	14,48
Convênios	1.570.300,00	31,92
Operações de Crédito	0,00	0,00
Total dos Créditos Adicionais	4.919.303,92	100,00

As anulações de créditos ordinários foram da ordem de R\$ 912.137,43, equivalendo a 18,54% dos créditos adicionais abertos no referido exercício. Por outro lado, para abertura dos créditos adicionais através de recursos de excesso de arrecadação na importância de R\$ 1.724.544,26, utilizando-se de recursos provenientes da arrecadação superior ao inicialmente previsto, principalmente relacionada às transferências constitucionais.



Ainda, houve a liberação de diversos convênios federais e estaduais, totalizando R\$ 1.570.300,00, correspondendo a 31,92% dos créditos adicionais abertos no exercício.

Além disso, houve abertura de créditos adicionais utilizando-se do superávit financeiro do exercício anterior na ordem de R\$ 712.322,23, sendo utilizadas de acordo com a disponibilidade financeira existente nas referidas fontes de recursos no encerramento do exercício anterior.

A suplementação através dos créditos adicionais por unidade gestora ocorreu de acordo com o quadro que segue:

Órgão/Unidade	Anulação	Excesso Arrecadação	Superávit Financeiro	Convênios	Total
Prefeitura	777.937,43	1.288.322,86	501.815,11	1.570.300,00	4.138.375,40
Fundo Municipal da Saúde	98.000,00	436.221,40	210.507,12	0,00	744.728,52
Câmara de Vereadores	36.200,00	0,00	0,00	0,00	36.200,00
Total	912.137,43	1.724.544,26	712.322,23	1.570.300,00	4.919.303,92

Salienta-se que para a abertura de créditos adicionais suplementares foi obedecida à previsão legal constante no artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.



2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A apuração do resultado orçamentário pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Descrição	Previsão/Autorização	Execução	Diferenças	% Executado
Receita	10.028.390,61	12.725.880,49	2.697.489,88	126,90%
Despesa	14.035.557,10	12.867.793,39	(1.167.763,71)	91,68%
Déficit de Execução Orçamentária			141.912,90¹	

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário.

Para melhor compreensão sobre os resultados alcançados na execução orçamentária do município, apresenta-se a seguir o detalhamento da receita e despesa efetivamente ocorridas durante o exercício em exame. Verifica-se que a receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 12.725.880,49, verificando-se uma arrecadação a maior no valor de R\$ 2.697.489,88 do que o valor inicialmente previsto.

Receita Prevista	10.028.390,61
(+) Arrecadada à Maior	2.697.489,88
= Receita Arrecadada	12.725.880,49

Por outro lado, a despesa orçamentária realizada alcançou o valor de R\$ 12.867.793,39, ficando R\$ 1.167.763,71 abaixo do valor da despesa autorizada para o exercício.

Despesa Prevista/Autorizada	14.035.557,10
(-) Realizada à Menor	(1.167.763,71)
= Despesa Realizada	12.867.793,39

¹ Informamos que a divergência no valor de **R\$ 1.025,20**, entre a variação do saldo patrimonial financeiro apurado no exercício (R\$ 140.887,70), e o resultado da execução orçamentária acima demonstrada, refere-se ao cancelamento de restos a pagar, conforme demonstrado na página 24 do presente relatório.



O confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada no período em exame, demonstra um DÉFICIT de Execução Orçamentária no montante de R\$ 141.912,90, correspondendo a 1,99% da receita arrecadada. A apuração do déficit se confirma através da planilha que segue:

Receita Arrecadada	12.725.880,49
(-) Despesa Realizada (empenhada)	(12.867.793,39)
= Déficit Execução Orçamentária	(141.912,90)

Neste contexto, apresenta-se a execução orçamentária individualizada por órgão/unidade, conforme segue:

RECEITAS	
Da Prefeitura	12.211.680,15
Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis	2.437.172,71
Câmara Municipal de Vereadores	426.886,44
Total das Receitas + Transferências Financeiras	15.075.739,30
DESPESAS	
Da Prefeitura	12.445.540,00
Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis	2.345.225,76
Câmara Municipal de Vereadores	426.886,44
Total das Despesas + Transferências Financeiras	15.217.652,20
Déficit Orçamentário Consolidado	(141.912,90)

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário

Salienta-se que o resultado consolidado **DÉFICIT** de R\$ 141.912,90 é composto pelo resultado do Orçamento Consolidado do Município, devendo-se ressaltar que o resultado de execução orçamentária do órgão/unidade Prefeitura Municipal apresenta um resultado orçamentário **deficitário** de R\$ 233.859,85.

Dentre os órgãos/unidades municipais (Fundo Municipal/Câmara de Vereadores) apresentam-se um **superávit** orçamentário de R\$ 91.946,95 Salienta-se que o déficit orçamentário foi absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, página 24).



Destaca-se que o superávit financeiro do exercício anterior não poder ser considerado receita do exercício, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício em referência através da abertura de créditos adicionais.

COMPORTAMENTO POR ÓRGÃO/UNIDADE	DÉFICIT/SUPERÁVIT
Da Prefeitura	(233.859,85)
Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis	91.946,95
Câmara Municipal de Vereadores	0,00
Déficit Orçamentário Consolidado	(141.912,90)

O déficit de execução orçamentária em questão corresponde a **1,12%** da receita total arrecadada do município. Pode-se concluir que o órgão/unidade FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, interferiu positivamente no resultado da execução orçamentária do município.

2.2 ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

Quocientes de Resultado Orçamentário - período: 2007 à 2011					
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
1. Receita realizada	6.809.756,90	9.238.625,39	9.227.987,78	10.557.631,54	12.725.880,49
2. Despesa executada	6.612.681,41	9.161.103,32	8.667.541,36	10.767.768,95	12.867.793,39
= Quociente (1÷2)	2007	2008	2009	2010	2011
<i>Resultado Orçamentário</i>	<i>1,03</i>	<i>1,01</i>	<i>1,06</i>	<i>0,98</i>	<i>0,99</i>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).



2.3 DA RECEITA

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente aos investimentos e às despesas de manutenção geral das unidades.

A receita arrecadada no exercício em questão atingiu o montante de **R\$ 12.725.880,49**, equivalendo a **26,90%** do total da receita orçada para o período, o que corresponde à arrecadação de **R\$ 2.697.489,88** acima do previsto. Abaixo se apresenta a evolução da receita estimada em relação à arrecadada no triênio 2009 a 2011, conforme segue:

Exercício	Previsão	Arrecadação	Diferença	% arrecadado em relação ao orçado
2009	8.368.128,70	9.227.987,78	859.859,08	110,28%
2010	8.775.953,80	10.557.631,54	1.781.677,74	120,30%
2011	10.028.390,61	12.725.880,49	2.697.489,88	126,90%

Observa-se que nos últimos exercícios, a arrecadação total da receita ultrapassa os valores previstos, no entanto, algumas metas de receitas pontuais não foram atingidas. Entretanto, outras fontes tiveram ingressos acima da expectativa e proporcionaram um efeito positivo no resultado final da arrecadação.

2.3.1 Receita por Fontes

As receitas por fontes e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecadada nos últimos três exercícios, são assim demonstradas:

RECEITA POR FONTES	2009		2010		2011	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita Tributária	348.058,54	3,77	412.983,75	3,91	468.350,65	3,68
Receita de Contribuições	62.137,54	0,67	69.881,47	0,66	78.905,38	0,62
Receita Patrimonial	33.104,75	0,36	61.166,00	0,58	103.240,26	0,81



Receita Agropecuária	2.814,15	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	223.489,40	2,42	299.525,47	2,84	324.142,06	2,55
Transferências Correntes	7.459.826,41	80,84	8.499.996,42	80,51	10.253.236,30	80,57
Outras Receitas Correntes	32.020,92	0,35	44.646,21	0,42	47.991,44	0,38
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	7.800,00	0,08	81.000,00	0,77	205.894,00	1,62
Amortização Empréstimos	45.261,66	0,49	39.682,22	0,38	45.815,40	0,36
Transferências de Capital	995.836,00	10,79	1.048.750,00	9,93	1.197.355,00	9,40
Outras Receitas de Capital	17.638,41	0,19	0,00	0,00	950,00	0,01
TOTAL	9.227.987,78	100,00	10.557.631,54	100,00	12.725.880,49	100,00

Fonte: Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.

Nota-se que as transferências correntes são a principal fonte das receitas do município, representando o equivalente a **80,57%** do total arrecadado no exercício. Esse fator é histórico e está consolidado em todos os municípios de pequeno porte do país.

Importa destacar que as transferências de capital são a segunda maior fonte das receitas do município, representando o equivalente a **9,40%** do total arrecadado. No exercício ora analisado, a terceira posição é ocupada pelas receitas tributárias, que representam **3,68%** do total arrecadado.

Ante o exposto acima, nota-se o alto grau de dependência que os pequenos municípios têm em relação ao recebimento de recursos de outras esferas, através das transferências legais e constitucionais, bem como, através de convênios e/ou emendas parlamentares.

2.3.2 Receita Tributária

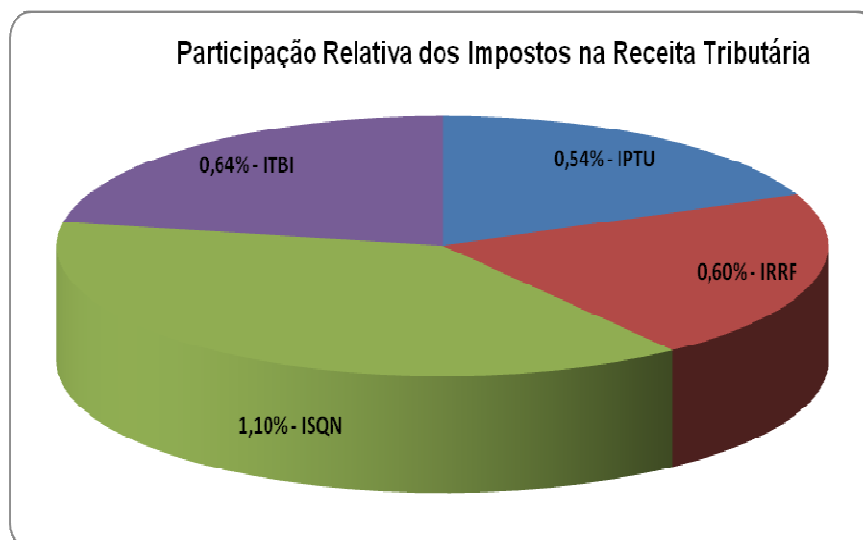
A Receita Tributária compreende os ingressos financeiros oriundos dos tributos de competência do próprio Município. Importa destacar que houve crescimento na arrecadação em valores, porém, comparando-se a arrecadação total do município, o percentual diminuiu no exercício em análise.



Receita Tributária	2009		2010		2011	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita de Impostos	235.080,15	2,54	288.890,94	2,74	367.196,39	2,88
IPTU	41.034,49	0,44	46.557,72	0,44	68.323,85	0,54
IRRF	51.583,34	0,56	57.648,96	0,55	77.988,27	0,60
ISQN	102.338,00	1,11	143.653,71	1,36	139.562,88	1,10
ITBI	40.124,32	0,43	41.030,55	0,39	81.321,39	0,64
Taxas	78.582,05	0,85	86.052,20	0,82	91.144,38	0,72
Contribuições Melhoria	34.396,34	0,37	38.040,61	0,35	10.009,88	0,08
Receita Tributária	348.058,54	3,77	412.983,75	3,91	468.350,65	3,68
Total da Receita	9.227.987,78	100,00	10.557.631,54	100,00	12.725.880,49	100,00

Fonte: Anexo 2 – Receita segundo as Categorias Econômicas.

Relativamente às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se graficamente a participação relativa das receitas de impostos, destacando o crescimento na arrecadação durante os últimos três exercícios financeiros.



Por outro lado, o comparativo percentual da receita tributária em relação ao total da receita dos últimos três exercícios financeiros não apresenta grandes variações, salientando-se que no exercício em exame equivalem a **3,68%** do total das receitas arrecadas.



2.3.3 Receita de Contribuições

As receitas de contribuições compreendem o somatório das receitas de contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas. Neste contexto, apresenta-se a seguir os valores arrecadados pelo município, fazendo-se um comparativo dos últimos três exercícios financeiros:

Receita de Contribuições	2009		2010		2011	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
<i>Contribuições Sociais</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Contrib. Econômicas</i>	62.137,54	0,67	69.881,47	0,66	78.905,38	0,62
Contribuição COSIP	62.137,54	0,67	69.881,47	0,66	78.905,38	0,62
Receita Contribuições	62.137,54	0,67	69.881,47	0,66	78.905,38	0,62
Total da Receita	9.227.987,78	100,00	10.557.631,54	100,00	12.725.880,49	100,00

Fonte: Anexo 2 – Receita segundo as Categorias Econômicas.

Observa-se que as receitas de contribuições do município nos últimos três exercícios são exclusivamente para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, equivalendo a **0,62%** do total da receita arrecada no exercício em exame.

2.3.4 Receita de Transferências

As receitas de transferências são constituídas pelos recursos financeiros recebidos de outras Pessoas de Direito Público, basicamente dos Governos Federal e Estadual, e de Pessoas de Direito Privado.

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2009		2010		2011	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.459.826,41	80,84	8.499.996,42	80,51	9.399.945,87	73,87
<i>Transferências Correntes da União</i>	<i>3.962.037,23</i>	<i>42,94</i>	<i>4.014.763,82</i>	<i>38,03</i>	<i>5.037.726,38</i>	<i>39,59</i>
Cota-Parte do FPM	3.830.371,49	41,51	4.098.742,85	38,82	4.780.195,54	37,56
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - FPM	(734.076,92)	(7,95)	(785.440,98)	(7,44)	(956.026,71)	(7,51)
Cota-Parte FPM – Extra 1% art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	212.128,83	1,67



Cota do ITR	1.787,01	0,02	1.583,42	0,01	1.857,47	0,01
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - ITR	(367,36)	0,00	(316,62)	0,00	(371,42)	(0,00)
Cota-Parte do Fundo Especial Petróleo – FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	62.855,63	0,49
Transf.Financ. ICMS - Desoneração L.C.87/96	22.929,72	0,25	25.263,84	0,24	26.048,88	0,20
(-) Dedução p/ formação FUNDEB – L.C.87/96	(4.647,04)	(0,05)	(5.086,40)	(0,05)	(5.227,04)	(0,04)
Transf.Comp.Financ.Exploração Rec.Naturais	38.973,52	0,42	69.585,07	0,66	27.120,24	0,21
Transferências do SUS (União)	448.958,73	4,87	357.643,20	3,39	478.134,80	3,76
Transferência de Recursos do FNAS	20.825,35	0,23	17.935,35	0,17	75.092,75	0,59
Transferência de Recursos do FNDE	176.989,55	1,92	185.737,98	1,76	335.917,41	2,64
Demais Transferências da União (AFM)+(CIDE)	134.439,58	1,46	21.342,55	0,20	0,00	0,00
Outras Transferências da União (CEX)	25.853,60	0,28	27.773,56	0,26	0,00	0,00
Transferências Correntes do Estado	2.654.468,99	28,77	3.639.999,40	34,48	4.362.219,49	34,28
Cota-Parte do ICMS	2.988.295,92	32,38	3.956.389,04	37,47	4.768.755,62	37,47
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - ICMS	(598.900,84)	(6,49)	(790.887,11)	(7,49)	(953.567,99)	(7,49)
Cota-Parte do IPVA	180.079,82	1,95	187.560,79	1,78	213.716,23	1,68
(-) Dedução p/formação do FUNDEB - IPVA	(36.009,08)	(0,39)	(37.511,26)	(0,36)	(42.742,41)	(0,34)
Cota-Parte do IPI	54.508,99	0,59	67.498,45	0,64	92.907,56	0,73
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - IPI	(3.648,17)	(0,04)	0,00	0,00	(18.581,53)	(0,15)
Transferência do Estado para Saúde	58.287,06	0,63	100.106,49	0,95	107.339,55	0,84
Cota-Parte da CIDE	11.855,29	0,13	0,00	0,00	24.843,96	0,20
Transferências de Convênios	144.166,00	1,56	156.843,00	1,49	169.548,50	1,33
Transferências Multigovernamentais	699.154,19	7,58	805.129,40	7,63	840.671,23	6,61
Transferências de Recursos do FUNDEB	699.154,19	7,58	805.129,40	7,63	840.671,23	6,61
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	40.103,80	0,37	11.618,90	0,09
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	995.836,00	10,79	1.048.750,00	9,93	1.197.355,00	9,40
TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERÊNCIA	8.455.662,41	91,63	9.548.746,42	90,44	11.449.591,00	89,97
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	9.227.987,78	100,00	10.557.631,54	100,00	12.725.880,49	100,00

Fonte: Anexo 2 – Receita segundo as Categorias Econômicas.

2.3.5 Receita de Dívida Ativa

A Dívida Ativa origina-se dos créditos da fazenda pública lançada e não arrecadados até a data de seus vencimentos. A arrecadação a título de dívida ativa foi na ordem de **R\$ 30.426,68**, e desta, o valor de **R\$ 2.346,52** refere-se à dívida ativa tributária. O valor restante de **R\$ 28.080,16** refere-se a dívida ativa não



tributária, oriunda principalmente sobre dívida com prestação de serviços de máquinas para agricultores; dos serviços de fornecimento de água aos munícipes; e, sobre contribuições de melhoria.

Abaixo, demonstra-se o comportamento na arrecadação da dívida ativa:

Exercício	Tributária (R\$)	Não Tributária (R\$)	Total (R\$)
2009	5.096,10	16.345,65	21.441,75
2010	2.141,42	13.867,46	16.008,88
2011	2.346,52	28.080,16	30.426,68

Destaca-se o esforço realizado pela municipalidade para atingir a eficiência na cobrança da dívida ativa, sendo inclusive necessária a realização de revisões constantes para identificar possíveis créditos inscritos indevidamente em exercícios anteriores, bem como, a realização da baixa de créditos impossíveis de serem cobrados administrativamente ou na esfera judicial.

2.3.6 Receita de Operações de Crédito

As Operações de Crédito compreendem obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos financeiros, cuja realização depende de autorização legislativa. Salieta-se que no exercício em exame, o município não realizou nenhum tipo de empréstimo/financiamento, sendo seus investimentos e manutenção pagos exclusivamente com as receitas arrecadadas durante o exercício.

2.3.7 Receita de Alienação de Bens

Os recursos provenientes da alienação de bens não foram integralmente utilizados dentro do exercício financeiro de 2011, sendo utilizados para financiamento de despesas de capital em 2012 através da aquisição de bens/máquinas para a Secretaria Municipal da Agricultura.

Dos bens alienados no exercício, observou-se a vinculação específica para reaplicação dos recursos, em obediência ao que preceitua o Art. 44 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.



Data	Empenho	Bem Adquirido	Valor (R\$)
Saldo Anterior (Aplicação Besc nº. 005.660-5)			59.868,12
Receitas com Alienação de Bens no Exercício 2011			205.894,00
Rendimentos Obtidos no Exercício 2011			3.313,27
Saldo Total conta Alienação de Bens			269.075,39
21/01/2011	3.862/2010	Ampliação do Centro de Idosos	5.600,00
14/02/2011	3.471/2010	Ampliação do Centro de Idosos	33.724,76
18/03/2011	682/2011	Caminhão Volvo VM 310	45.000,00
18/03/2011	682/2011	Caminhão Volvo VM 310	23.000,00
18/03/2011	625/2011	Carroceria para Camioneta F-4000	4.050,00
29/03/2011	806/2011	Ônibus Escolar – Caminho da Escola	9.268,12
29/04/2011	612/2011	Rolo Compactador Cowdin	90.000,00
06/05/2011	1.136/2001	Motocultivador	2.930,00
26/05/2011	931/2011	Caçamba para Caminhão Volvo VM 310	14.500,00
11/08/2011	1.778/2011	Logan Sedan	18.000,00
Saldo Final do Exercício Alienação de Bens			23.002,51

Para comprovação de que os recursos oriundos da alienação de bens no valor de **R\$ 23.002,51** encontram-se aplicados numa conta específica, anexamos cópia do extrato bancário do mês de dezembro/2011 (fls. 48).

2.4 DA DESPESA

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por Lei.

A despesa realizada pelo Município, no exercício em exame, atingiu o montante de **R\$ 12.867.793,39**, equivalendo a **91,68%** da despesa autorizada.



2.4.1 Despesas por Função de Governo

As despesas por função de governo e as participações absoluta e relativa, de cada uma delas no montante da despesa realizada, referente aos últimos três exercícios, são assim demonstradas:

FUNÇÃO DE GOVERNO	2009		2010		2011	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
01 – Legislativa	312.194,24	3,60	270.151,06	2,51	323.114,07	2,51
04 – Administração	1.367.531,88	15,78	1.524.245,61	14,16	1.499.603,06	11,65
06 – Segurança Pública	0,00	0,00	11.278,29	0,10	7.787,96	0,06
08 – Assistência Social	176.534,06	2,04	323.851,90	3,01	400.025,72	3,11
10 – Saúde	1.751.662,60	20,21	2.209.542,09	20,52	2.345.225,76	18,23
12 – Educação	1.789.953,62	20,65	2.040.968,19	18,95	2.410.757,59	18,74
13 – Cultura	283.553,33	3,27	82.076,17	0,76	219.859,81	1,71
15 – Urbanismo	764.318,54	8,82	721.451,08	6,70	986.575,65	7,67
16 – Habitação	558,81	0,01	47.608,14	0,44	0,00	0,00
17 – Saneamento	168,00	0,00	89.489,00	0,83	0,00	0,00
20 – Agricultura	752.538,68	8,68	1.364.903,26	12,68	2.390.085,24	18,57
22 – Indústria	68.497,20	0,79	267.490,65	2,48	73.395,79	0,57
24 – Comunicações	23.526,38	0,27	0,00	0,00	3.104,38	0,02
25 – Energia	0,00	0,00	79.298,19	0,74	84.617,81	0,66
26 – Transporte	923.761,19	10,66	960.009,03	8,92	1.662.987,51	12,92
27 – Desporto e Lazer	340.788,24	3,93	468.632,94	4,35	363.755,58	2,83
28 – Encargos Especiais	111.954,59	1,29	306.773,35	2,85	96.897,46	0,75
TOTAL DA DESPESA	8.667.541,36	100,00	10.767.768,95	100,00	12.867.793,39	100,00

Fonte: Anexo 07 – Demonstrativo de Funções, Sub-funções e Programas por Projetos e Atividades.

As funções de governo que apresentam o maior dispêndio de recursos públicos durante o período em análise são as da Educação, Saúde e Agricultura, demonstrando a preocupação no atendimento das necessidades básicas do cidadão/município.

2.4.2 Despesas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de Despesa

As despesas por elementos são assim demonstradas:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

18

DESPESA POR ELEMENTOS	2009		2010		2011	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
DESPESAS CORRENTES	7.108.150,31	82,01	7.941.976,07	73,76	9.599.663,14	74,60
Pessoal e Encargos	3.441.704,62	39,71	3.819.377,88	35,47	4.538.678,49	35,27
Transferências a Consórcios Públicos	976,00	0,01	6.400,28	0,06	12.679,14	0,10
Aposentadorias e Reformas	21.469,61	0,25	29.537,64	0,27	0,00	0,00
Contratação por Tempo Determinado	38.810,95	0,45	740.965,96	6,88	394.226,72	3,06
Venciment. Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.664.417,00	30,74	2.367.537,05	21,99	3.181.654,32	24,73
Obrigações Patronais	614.025,79	7,08	552.520,77	5,13	761.414,87	5,92
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	102.005,27	1,18	122.416,18	1,14	150.203,44	1,17
Outras Despesas Pessoal – Contr.Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	38.500,00	0,30
Juros e Encargos da Dívida	99.898,53	1,15	26.702,07	0,25	4.332,52	0,03
Juros sobre a Dívida do Contratado	99.898,53	1,15	26.702,07	0,25	4.332,52	0,03
Outras Despesas Correntes	3.566.547,16	41,15	4.095.896,12	38,04	5.056.652,13	39,30
Transferências a Consórcios Públicos	240,00	0,00	19.785,43	0,18	31.190,92	0,24
Diárias – Civil	53.542,25	0,62	34.254,31	0,32	57.744,90	0,45
Diárias – Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00	0,01
Auxílio Financeiro a Estudantes	30.990,00	0,36	18.300,00	0,17	25.050,00	0,19
Material de Consumo	1.138.305,68	13,13	1.227.828,44	11,40	1.769.604,08	13,75
Premiações Culturais.Artíst,Científ,Despor.	5.895,54	0,07	22.840,19	0,21	24.201,31	0,19
Material de Distribuição Gratuita	255.169,03	2,94	347.482,34	3,23	242.378,97	1,88
Passagens e Despesas com Locomoção	3.794,51	0,04	0,00	0,00	830,78	0,01
Serviços de Consultoria	6.022,80	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terc. – Pessoa Física	128.551,69	1,48	117.051,58	1,09	136.065,41	1,06
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	1.220.802,15	14,08	1.517.478,95	14,09	1.731.885,81	13,46
Locação de Mão de Obra	428,00	0,00	580,00	0,01	338,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00	265,00	0,00	349,15	0,00
Contribuições	130.425,80	1,50	119.582,76	1,11	146.217,10	1,14
Subvenções Sociais	410.952,10	4,74	519.374,58	4,82	602.873,92	4,69
Auxílios	5.000,00	0,06	613,00	0,01	66.900,00	0,52
Obrigações Tributárias e Contributivas	108.729,21	1,25	121.428,97	1,13	150.479,98	1,17
Outros Auxílios Financeiros Pessoa Física	140,20	0,00	510,00	0,00	1.029,45	0,01
Sentenças Judiciais	4.885,35	0,06	0,00	0,00	61.070,88	0,47
Indenizações e Restituições	43.801,60	0,51	27.307,67	0,25	6.280,14	0,05
Outros Benefícios Assistenciais	2.131,25	0,02	1.212,90	0,01	984,75	0,01



Despesas Exercícios Anteriores	16.740,00	0,19	0,00	0,00	256,58	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.559.391,05	17,99	2.825.792,88	26,24	3.268.130,25	25,40
Investimentos	1.321.804,62	15,25	2.545.721,60	23,64	3.175.565,31	24,68
Transferências a Consórcios Públicos	384,00	0,00	3.780,48	0,04	321,54	0,00
Auxílios	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,03
Material de Consumo	7.019,51	0,08	38.784,23	0,36	62.091,91	0,48
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	198,00	0,00	12.130,07	0,11	632,00	0,00
Obras e Instalações	933.299,64	10,77	1.257.848,71	11,68	841.482,84	6,54
Equipamentos e Material Permanente	262.956,50	3,03	885.194,40	8,22	2.162.442,85	16,81
Aquisição de Imóveis	38.999,00	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	78.947,97	0,91	347.983,71	3,23	104.094,17	0,81
Amortização da Dívida	237.586,43	2,74	280.071,28	2,60	92.564,94	0,72
Principal da Dívida Contratual Resgatado	237.586,43	2,74	280.071,28	2,60	92.564,94	0,72
Despesa Realizada Total	8.667.541,36	100,00	10.767.768,95	100,00	12.867.793,39	100,00

Fonte: Anexo 2 – Resumo Geral da Despesa.

Dentre a categoria econômica das despesas correntes, o maior dispêndio está no grupo de natureza **Outras Despesas Correntes**, correspondendo ao valor de **R\$ 5.056.652,13**, que representa 39,30% do total das despesas empenhadas. Na seqüência, aparecem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais no valor de **R\$ 4.538.678,49** correspondendo a 35,27% das despesas empenhadas. Na soma, esses dois grupos de natureza da despesa totalizam o equivalente a **74,57%** do total empenhado no exercício em análise.

Por outro lado, a categoria econômica de despesas de capital equivale ao valor total de **R\$ 3.268.130,25** representando 25,40% do total de despesa empenhada no exercício. Na seqüência, apresenta-se o comportamento da despesa, segundo os grupos de natureza estabelecidos pela Lei 4.320/64, realizada nos últimos três exercícios:

Exercício	Correntes	%	Capital	%	Total	%
2009	7.108.150,31	82,01	1.559.391,05	17,99	8.667.541,36	100%
2010	7.941.976,07	73,76	2.825.792,88	26,24	10.767.768,95	100%
2011	9.599.663,14	74,60	3.268.130,25	25,40	12.867.793,39	100%



3. ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA

3.1 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O Fluxo Financeiro do Município no exercício foi o seguinte:

Fluxo Financeiro	Valor (R\$)
a) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.190.353,53
Bancos Conta Movimento	30.909,25
Bancos Conta Vinculada	8.036,80
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	715.827,28
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	435.580,20
b) (+) ENTRADAS	16.787.744,32
Receita Orçamentária	12.725.880,49
Receitas Correntes Arrecadadas	11.275.866,09
Receitas de Capital Arrecadadas	1.450.014,40
Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentárias)	2.349.858,81
Extra-Orçamentárias	1.712.005,02
Realizável	51.742,35
Restos a Pagar	1.013.902,37
Consignações – Entrada	558.595,12
Depósitos de Diversas Origens	18.028,14
Serviços da Dívida a Pagar	68.711,84
Acréscimos Patrimoniais (Cancelamento de Restos a Pagar)	1.025,20
c) (-) SAÍDAS	16.380.321,88
Despesa Orçamentária	12.867.793,39
Despesas Correntes	9.599.663,14
Despesas de Capital	3.268.130,25
Transferências Financeiras Concedidas – Saídas	2.349.858,81
Extra-Orçamentárias	1.162.669,68
Realizável	51.742,35
Restos a Pagar	470.047,31
Consignações – Saída	554.140,04
Depósitos de Diversas Origens	18.028,14
Serviços da Dívida a Pagar	68.711,84
= SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+b-c)	1.597.775,97
Bancos conta Movimento	86.081,17
Bancos conta Vinculada	3.750,00
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	807.813,43
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	700.131,37

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro



O demonstrativo anterior apresenta o total das disponibilidades financeiras existentes no encerramento do exercício, sendo considerados os recursos próprios e os recursos vinculados à disposição das Unidades Gestoras. Na seqüência, apresenta-se o detalhamento das disponibilidades financeiras da Unidade Prefeitura Municipal, conforme segue:

Disponibilidades – Unidade Prefeitura	Saldo Anterior	Saldo Final
Banco conta Movimento	11.224,78	25.271,55
Banco conta Vinculada	728,52	250,00
Aplicações Financeiras de Rec. Próprios	715.827,28	807.813,43
Aplicações Financeiras de Rec.Vinculados	286.016,00	449.505,90
TOTAL	1.013.796,58	1.282.840,88

Seguindo, apresentam-se as disponibilidades financeiras das demais Unidades (Fundos Municipais) que se apresentam da seguinte forma:

Disponibilidades – Demais Unidades	Saldo Anterior	Saldo Final
Banco conta Movimento	19.684,47	60.809,62
Banco conta Vinculada	7.308,28	3.500,00
Aplicações Financeiras de Rec.Próprios	0,00	0,00
Aplicações Financeiras de Rec.Vinculados	149.564,20	250.625,47
TOTAL	176.556,95²	314.935,09

Sob a ótica da gestão financeira, percebe-se que as disponibilidades financeiras existentes são suficientes para fazer frente às obrigações assumidas pelas unidades da administração pública municipal.

² O saldo final financeiro final corresponde ao Fundo Municipal da Saúde, pois houve a extinção de Unidades Gestoras Independentes e a Consolidação da Contabilidade dos Fundos Municipais da Assistência Social e Fundo da Criança e Adolescente à Contabilidade Geral do Município, conforme Lei Municipal nº 961, de 17 de dezembro de 2009.



4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL

A análise consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior, discriminando especificamente a variação da situação financeira do município bem como sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação Patrimonial do Município é demonstrada ao final do exercício financeiro 2011, conforme segue:

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	1.216.284,09	1.623.706,53	Financeiro	478.031,30	1.026.341,44
<i>Disponível</i>	<i>1.190.353,53</i>	<i>1.597.775,97</i>	<i>Depósitos</i>	<i>7.983,99</i>	<i>12.439,07</i>
Banco conta Movimento	30.909,25	86.081,17	Consignações	7.983,99	12.439,07
Banco conta Vinculada	8.036,80	3.750,00	Depósitos Div.Origens	0,00	0,00
Aplicação Rec. Próprios	715.827,28	807.813,43	<i>Restos a Pagar</i>	<i>470.047,31</i>	<i>1.013.902,37</i>
Aplicação Rec.Vinculados	435.580,20	700.131,37	Obrigações a Pagar	470.047,31	1.013.902,37
<i>Realizável</i>	<i>25.930,56</i>	<i>25.930,56</i>			
Créditos a Receber	29,71	29,71			
Valores Pendentes C.Prazo	25.900,85	25.900,85			
Permanente	8.717.374,03	10.761.167,66	Permanente	475.618,12	383.256,36
<i>Dívida Ativa</i>	<i>147.109,98</i>	<i>133.626,22</i>	<i>Dívida Fundada Interna</i>	<i>475.618,12</i>	<i>383.256,36</i>
<i>Realizáveis a Longo Prazo</i>	<i>69.496,52</i>	<i>65.681,12</i>	Contratos de C. Prazo	96.545,40	43.000,00
<i>Imobilizado</i>	<i>8.500.767,53</i>	<i>10.561.860,32</i>	Contratos de L. Prazo	379.072,72	340.256,36
Bens Móveis	4.639.982,83	6.414.757,21			
Bens Imóveis	3.860.784,70	4.147.103,11			
Ativo Real	9.933.658,12	12.384.874,19	Passivo Real	953.649,42	1.409.597,80
<i>SALDO PATRIMONIAL</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>SALDO PATRIMONIAL</i>	<i>8.980.008,70</i>	<i>10.975.276,39</i>
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	8.980.008,70	10.975.276,39
ATIVO TOTAL	9.933.658,12	12.384.874,19	PASSIVO TOTAL	9.933.658,12	12.384.874,19

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial.



Ao comparar o balanço patrimonial ao exercício imediatamente anterior, percebe-se um pequeno aumento do valor constante no Ativo Financeiro, pois o mesmo representava 12,24% do ativo total em 2010, e passou a representar o equivalente a 13,11% do Ativo Total no final do exercício de 2011.

Por outro lado, o passivo financeiro cresceu significativamente se comparado ao exercício anterior, onde representava 4,81% do passivo total do município, passando ao patamar de 8,29% do passivo total. Esse fato se deu principalmente em função dos valores constantes em restos à pagar não processados, inerentes a diversos Convênios Federais que foram empenhados na íntegra, conforme valores licitados, e não tiveram as devidas liberações financeiras.

Abaixo segue a relação de empenhos que se referem a convênios:

Empenho	Fornecedor / Credor	Valor (R\$)	Objeto	Contrato de Repasse / Órgão
2.191/11	CTT Construções e Pavimentações Ltda	196.400,00	Pavimentação Asfáltica	033.5186-25/2010 – Ministério das Cidades
2.193/11	CTT Construções e Pavimentações Ltda	98.200,00	Pavimentação Asfáltica	033.0023-49/2010 – Ministério das Cidades
2.195/11	BW Construções Ltda – ME	146.250,00	Ginásio de Esportes	032.5355-61/2010 – Ministério do Esporte
2.197/11	Mateus Angelo Romani – ME	98.200,00	Pavimentação c/Pedras Irreg.	033.0911-94/2010 – Ministério das Cidades
Valor em Restos a Pagar não Processados		539.050,00		

Ademais, importa destacar a contínua redução no comprometimento com Passivo Permanente (Dívida Fundada), pois o mesmo equivalia 4,79% no exercício imediatamente anterior, diminuindo para 3,09% no final do exercício de 2011.

4.2 VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO CONSOLIDADO

A variação do patrimônio do Município é assim demonstrada:

Grupo Patrimonial	Saldo Inicial	Saldo Final	Varição
Ativo Financeiro	1.216.284,09	1.623.706,53	407.422,44
Passivo Financeiro	478.031,30	1.026.341,44	(548.310,14)
Saldo Patrimonial Financeiro	738.252,79	597.365,09	(140.887,70)



O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em **Superávit Financeiro de R\$ 597.365,09** e sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos disponíveis, o Município possui R\$ **0,63** de dívidas de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 140.887,70**, pois reduziu de um superávit financeiro de R\$ 738.252,79 para um superávit financeiro de R\$ 597.365,09.

Importa destacar que a divergência existente entre a variação do saldo patrimonial financeiro apurada no valor de R\$ (140.887,70) e o resultado da execução orçamentária no valor de R\$ (141.912,90), refere-se ao cancelamento de restos a pagar no valor de **R\$ 1.025,20**. Abaixo, estão expostos os lançamentos que interferem nesta diferença entre as variações patrimonial e a orçamentária:

Dcto/Ano	Valor (R\$)	Motivo
Empenho 3.471/2010	1.025,20	Anulado pelo valor suprimido através da emissão de Laudo de Medição do Engenheiro Civil Leandro Scheffer, responsável pela fiscalização da obra.
Total		R\$ 1.025,20

Analisando o Ativo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal, apresenta-se a seguinte situação:

Grupo Patrimonial	Saldo Inicial	Saldo Final	Varição
Ativo Financeiro	1.039.096,62	1.308.140,92	269.044,30
Passivo Financeiro	471.981,47	973.860,42	(501.878,95)
Saldo Patrimonial Financeiro	567.115,15	334.280,50	(232.834,65)

Neste aspecto, demonstra-se que o Ativo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal apurou-se um **Déficit Financeiro de R\$ 232.834,65** e sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, a unidade Prefeitura Municipal possui **R\$ 0,74** de dívidas de curto prazo.



4.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – período: 2007 à 2011					
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
1. Despesa Executada	6.612.681,41	9.161.103,32	8.667.541,36	10.767.768,95	12.867.793,39
2. Restos a Pagar	398.678,32	510.191,94	571.748,01	470.047,31	1.013.902,37
3. Ativo Financeiro Ajustado	689.696,28	867.070,54	1.506.091,91	1.216.284,09	1.623.706,53
4. Passivo Financeiro Ajustado	417.058,56	515.691,07	580.214,12	478.031,30	1.026.341,44
5. Ativo Real	4.950.033,59	7.138.745,33	8.486.006,14	9.933.658,12	12.384.874,19
6. Passivo Real	1.128.819,77	1.577.368,58	1.377.400,64	953.649,42	1.409.597,80
= Quocientes	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,39	4,53	6,16	10,42	8,79
Situação Financeira (3÷4)	1,65	1,68	2,60	2,54	1,58
Restos a Pagar (2÷1)*100	6,03	5,57	6,60	4,37	7,88

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado

O quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real, sendo que, se este quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las. Desta feita, e de acordo com o quadro apresentado, observa-se que o Ativo Real apresenta-se **8,79** vezes maior que o Passivo Real (dívidas) do município.

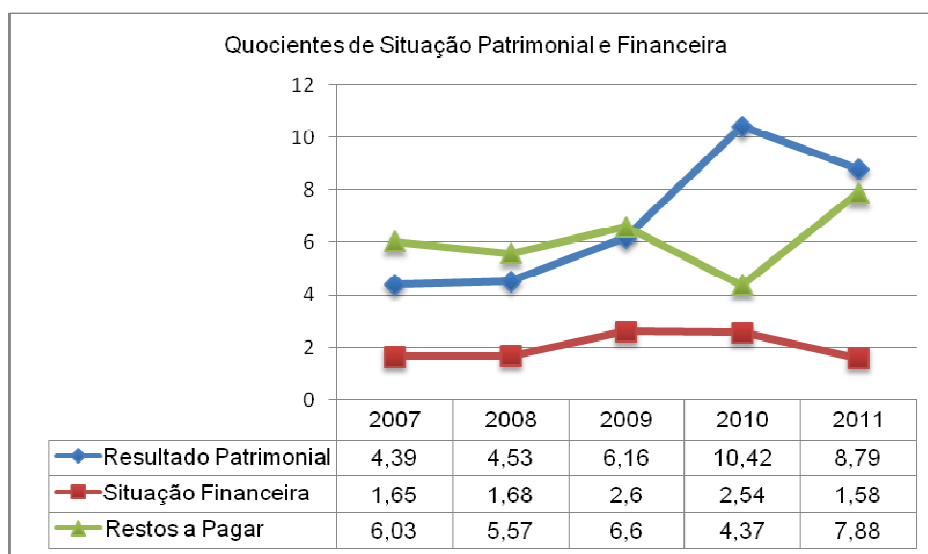
Por outro lado, o quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo.



Conforme apresentado no quadro anterior, a situação financeira apresenta-se superavitária, sendo que ao final do exercício de 2011 o Ativo Financeiro representa **1,58** vezes o valor do Passivo Financeiro.

Quanto ao quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) que expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da despesa orçamentário. Neste aspecto, no exercício em análise o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **7,88%** da despesa orçamentária do exercício. Salientamos que o reflexo do aumento proporcional do valor constante em Restos a Pagar é gerado principalmente pelo atraso na liberação de recursos de convênios federais, conforme apresentado na tabela constante na página 23 do presente relatório.

Apresentamos a seguir, gráfico da evolução dos Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira do município, inerentes ao período de 2007 à 2011:



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado

4.4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL

Variação Patrimonial é qualquer alteração sofrida pelo patrimônio, resultante da execução orçamentária ou independente da execução orçamentária. O quadro a seguir demonstra as variações ocorridas no patrimônio do Município, durante o exercício em análise:



VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor (R\$)
Receita Efetiva	14.786.446,95
Receita Orçamentária	12.725.880,49
Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentária)	2.349.858,81
(-) Mutações Patrimoniais da Receita	(289.292,35)
Alienação de Bens – Mutações	205.894,00
Liquidação de Créditos	83.398,35
Incorporações de Passivos	0,00
Despesa Efetiva	13.010.897,74
Despesa Orçamentária	12.867.793,39
Transferências Financeiras Concedidas (Orçamentária)	2.349.858,81
(-) Mutações Patrimoniais da Despesa	(2.206.754,46)
Aquisição de Bens	2.114.189,52
Desincorporações de Passivos	92.564,94
RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	1.775.549,21

VARIAÇÕES INDEPENDENTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor (R\$)
Variações Ativas	10.154.586,55
Interferências Ativas	9.891.230,65
Incorporação de Ativos (Acréscimos Patrimoniais)	261.323,93
Desincorporações de Passivos (Acréscimos Patrimoniais)	1.006,77
Cancelamento de Restos a Pagar	1.025,20
(-) Variações Passivas	9.892.440,60
Interferências Passivas	9.891.230,65
Desincorporações de Ativos (Decréscimos Patrimoniais)	0,00
Ajustes de Obrigações (Decréscimos Patrimoniais)	1.209,95
Demais Variações Patrimoniais Passivas	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL – INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	262.145,95

RESULTADO PATRIMONIAL	Valor (R\$)
Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária	1.775.549,21
(+) Resultado Patrimonial – IEO	262.145,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (Superávit)	2.037.695,16

SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO	Valor (R\$)
Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	8.980.008,70
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	2.037.695,16
SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO	11.017.703,86

Fonte: Anexo 15 – Demonstrações das Variações Patrimoniais



O saldo patrimonial apresentou um SUPERÁVIT no valor de **R\$ 2.037.695,16**, se comparado ao exercício imediatamente anterior, influenciado principalmente pelo resultado patrimonial da gestão orçamentária.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

4.5.1 Dívida Consolidada

Denominam-se dívida consolidada as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos que representem compromissos assumidos, cujo resgate ultrapasse doze meses.

No exercício em exame, a dívida consolidada do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA		
DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO	PREFEITURA
Saldo do Exercício Anterior	475.618,12	475.618,12
(+) Empréstimos Tomados (Divida Fundada)	0,00	0,00
(+) Correção (Divida Fundada)	1.209,95	1.209,95
(-) Amortização (Divida Fundada)	92.564,94	92.564,94
(-) Cancelamento (Dívida Fundada)	1.006,77	1.006,77
Saldo para o Exercício Seguinte	383.256,36	383.256,36

Fonte: Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa

O comportamento da dívida fundada, considerando o Balanço Consolidado do Município nos últimos três exercícios, e sua relação com a receita arrecadada em cada exercício é assim demonstrada:

Exercício	Receita Arrecadada	Dívida Fundada	%
2009	9.227.987,78	797.186,52	8,64
2010	10.557.631,54	475.618,12	4,50
2011	12.725.880,49	383.256,36	3,01



Observa-se que o percentual de comprometimento da receita do município com a dívida fundada diminuiu no exercício, devido à amortização através do pagamento das parcelas sobre os contratos existentes.

4.5.2 Dívida Flutuante

Designa-se dívida flutuante aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa. No exercício, a dívida flutuante do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	478.031,30
<i>(+) Formação da Dívida</i>	<i>1.590.525,63</i>
Consignações	558.595,12
Depósitos de Diversas Origens	18.028,14
Restos a Pagar	1.013.902,37
Serviços da Dívida a Pagar	0,00
<i>(-) Baixa da Dívida</i>	<i>1.042.215,49</i>
Consignações	554.140,04
Depósitos de Diversas Origens	18.028,14
Restos a Pagar	470.047,31
Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte	1.026.341,44

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante.

Por outro lado, apresenta-se abaixo o comportamento da dívida flutuante em relação com o ativo financeiro em cada um dos exercícios, notando-se uma considerável queda no comprometimento do ativo financeiro com compromissos de vencimento imediato.

Exercício	Ativo Financeiro	Dívida Flutuante	%
2009	1.506.091,91	580.214,12	38,52
2010	1.216.284,09	478.031,30	39,30
2011	1.623.706,53	1.026.341,44	63,21



4.5.3 Comportamento da Dívida Ativa

O comportamento da Dívida Ativa no exercício em análise foi o seguinte:

Movimentação da Dívida Ativa	Valor R\$
Saldo do Exercício Anterior	147.109,98
(+) Inscrição referente 2011	24.099,19
(-) Cobrança no Exercício	37.582,95
Saldo para o Exercício Seguinte	133.626,22

Destaca-se que durante o exercício de 2011, houve a inscrição em Dívida Ativa correspondente aos débitos vencidos até a data base de 31/dezembro/2011. De outro norte, foram ajuizadas ações para cobrança judicial dos valores constantes em Dívida Ativa.



5. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS

A Legislação estabelece limites mínimos para a aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Artigo 212 da Constituição Federal) e com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Artigo 198 da Constituição Federal C/C Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como limite máximo para despesas com Pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Artigo 169 da Constituição Federal C/C Artigo 20, III, Letras 'a' e 'b' da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000).

A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

A) Receitas com Impostos (Incluídas as Transferências)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	68.323,85	0,65
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	139.562,88	1,33
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	77.988,27	0,74
Imposto s/Trans.Inter-Vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais	81.321,39	0,78
Cota – Parte do FPM	4.992.324,67 ³	47,69
Cota – Parte do ITR	1.857,47	0,02
Transf. Financeiras do ICMS – Desoneração LC. nº. 87/96	26.048,88	0,25
Cota – Parte do ICMS	4.768.755,62	45,55
Cota – Parte do IPVA	213.716,23	2,04
Cota – Parte do IPI sobre Exportação	92.907,56	0,89
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Impostos	3.616,99	0,03
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	2.346,52	0,02
Total da Receita com Impostos	10.468.770,33	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado

³ Para fins de cálculo dos limites mínimos de educação e de saúde observou-se o que preceitua a Nota Técnica nº 1751/2009/CCONT-STN, que estabelece que a transferência de 1% do FPM prevista na Emenda Constitucional nº 55 de 2007, alínea “d” do inciso I do artigo 159.

Conforme a Nota Técnica, os recursos provenientes da Emenda Constitucional nº 55 **não integram a base de cálculo de aplicação em saúde** [...].

Desta feita, a base de cálculo do valor mínimo a ser aplicado em saúde será reduzida do valor correspondente a R\$ 212.128,83, provenientes dessa EC 55, gerando base de cálculo para aplicação em saúde de R\$ 10.256.641,50.



O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, pois serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

B) Receita Corrente Líquida do Município	Valor (R\$)
Receita Corrente Arrecada	13.251.383,19
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	(1.975.517,10)
Total da Receita Corrente Líquida	11.275.866,09

5.1 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme preceitua o artigo 212 da Constituição Federal, no mínimo de 25% das receitas de impostos e de transferências deverão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

C) Despesas com Educação Infantil	Valor (R\$)
Total das Despesas com Educação Infantil (12.365)	514.215,22

D) Despesas com Ensino Fundamental	Valor (R\$)
Total das Despesas com Ensino Fundamental (12.361)	1.788.067,75

E) Despesas com Educação Especial	Valor (R\$)
Total das Despesas com Educação Especial (12.367)	56.500,72

F) Deduções das Despesas com Educação Infantil	Valor (R\$)
Convênio Merenda Escolar c/c nº 672.021-3	8.763,17
Total das Deduções com Educação Infantil	8.763,17



G) Deduções das Despesas com Ensino Fundamental	Valor (R\$)
Programas Suplementares de Alimentação (Ensino Fundamental) Convênio Merenda Escolar c/c nº 672.021-3 = R\$ 12.296,84 Despesa de Pessoal lotado na Merenda Escolar = R\$ 83.992,95 Despesa c/ mantimentos da Merenda Escolar = R\$ 46.433,55	142.723,34
Despesas com recursos de convênios – Ensino Fundamental: Convênio Salário Educação = R\$ 57.726,67 Convênio Transporte Escolar Federal = R\$ 74.112,86 Convênio Transporte Escolar Estadual = R\$ 157.110,78	288.950,31
Outras despesas realizadas com recursos de Alienação de Bens	0,00
Total das Deduções com Ensino Fundamental	431.673,65

5.1.1 Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Componentes	Valor (R\$)	%
(+) Total das Despesas com Educação Infantil (Quadro C)	514.215,22	4,91
(+) Total das Despesas com Ensino Fundamental (Quadro D)	1.788.067,75	17,08
(+) Total das Despesas com Educação Especial (Quadro E)	56.500,72	0,54
(-) Total das Deduções com Educação Infantil (Quadro F)	(8.763,17)	(0,08)
(-) Total das Deduções com Ensino Fundamental (Quadro G)	(431.673,65)	(4,12)
(+) Perda do Fundeb (Retorno menor que repasse)	1.134.845,87	10,84
(-) Rendimentos Aplicações Financeiras de recursos Fundeb	(2.744,15)	(0,03)
Total das Despesas para Efeito de Cálculo	3.050.448,59	29,14
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos (Quadro A)	2.617.192,58	25%
Valor acima do limite mínimo (25%)	433.285,15	4,14

O demonstrativo acima evidencia que o município de Tunápolis aplicou o montante de **R\$ 3.050.448,59**, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,14%** da receita proveniente de impostos, equivalendo a aplicação à maior do valor de R\$ 433.285,15, **CUMPRINDO** o expresso no artigo 212 da Constituição Federal.



Em comparação ao exercício anterior, apurou-se que o município ampliou sua aplicação de recursos em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Destarte informações apresentados acima, mostra-se que o município tem aplicado seus recursos de acordo com as normas constitucionais vigentes, proporcionado desta forma ensino de qualidade aos munícipes, atendendo as necessidades da população local, e, principalmente, garantindo a satisfação de todos, tanto estudantes bem como profissionais da área de magistério.

5.1.2 Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério

Componentes	Valor (R\$)
(+) Transferências do FUNDEB	840.671,23
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	2.744,15
= Total Recursos Oriundos do FUNDEB	843.415,38
<i>60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB</i>	<i>506.049,23</i>
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício Pagos com Recursos do FUNDEB (Ordens Pagamento + Despesas Extras – Salário Família/Salário Maternidade)	747.461,71
Valor acima do limite mínimo (60% do FUNDEB – Magistério)	88,62%

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 747.461,717**, equivalendo a **88,62%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, § 5º do ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e no artigo 7º da Lei Federal nº. 9.424/96.

5.1.3 Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção da educação básica



De acordo com o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, no mínimo 95% dos recursos oriundos do FUNDEB deverá ser aplicado no exercício em que forem creditados.

Componentes	Valor (R\$)
(+) Transferências do FUNDEB	840.671,23
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras do FUNDEB	2.744,15
= Total Recursos Oriundos do FUNDEB	843.415,38
<i>95% dos Recursos Oriundos do FUNDEB</i>	<i>801.244,61</i>
(=) Saldo Anterior do FUNDEB	13.361,79
= Total de Recursos do FUNDEB disponíveis no exercício	856.777,17
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira (O valor total do FUNDEB aplicado refere-se ao Saldo Anterior (R\$ 13.361,79), mais os recursos recebidos em 2011 (R\$ 840.671,23), mais os rendimentos de aplicações (R\$ 2.744,15), menos o saldo final (R\$ 4.037,54).	Valor Fundeb do Exercício 839.377,84 Valor Total Fundeb aplicado 852.739,63⁴
Valor acima do Limite (95% do FUNDEB com manutenção e desenvolvimento da educação básica)	38.133,23

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 839.377,84**, equivalendo a **99,52%** dos recursos recebidos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21 da Lei nº. 11.494/2007.

A utilização dos recursos do exercício anterior (saldo total de R\$ 13.361,79 menos o valor de Restos não Processados R\$ 3.465,00 = sobra R\$ 9.896,79) foi feita mediante a abertura de crédito adicional, conforme preceitua o artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

⁴ Apresentação desse valor serve apenas para comprovação do saldo final de recursos do FUNDEB na data base de 31/12/2011, conforme extrato bancário anexo ao presente relatório.



5.1.4 Prestação de Contas ao CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Anexo ao presente relatório segue cópia da planilha contendo Resumo Geral da Movimentação dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011 (fl. 49), entregue para o Conselho Municipal do FUNDEB, onde é demonstrado o fluxo dos recursos financeiros durante o exercício, bem como, os saldos remanescentes do exercício para serem aplicados no exercício de 2011.

Ainda neste aspecto, e, em cumprimento ao § único do art. 27 da Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, anexamos ao presente relatório, **cópia do Parecer** (fls. 50 a 52) emitido pelo Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundeb, sobre a aplicação dos recursos de conformidade com a legislação vigente.

5.1.5 Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Educação

Na seqüência se apresenta os recursos vinculados à educação com saldo de disponibilidade no encerramento do exercício financeiro de 2011.

Descrição da Conta Bancária	Nº. Conta	Saldo (R\$)
Banco Brasil – FUNDEB – Aplicação Financeira	009.591-5	4.037,54
Banco Brasil – Salário Educação – Aplicação Financeira	008.501-4	31.935,49
Banco Brasil – Transporte Escolar Estadual – Aplic.Financeira	040.202-8	13.622,49
Banco Brasil – FNDE – PDDE Pré-Escola	005.772-x	250,00
Total Vinculado à Educação em 31/12/2011		49.845,52

Os recursos vinculados à educação não aplicados no exercício de seu recebimento serão aplicados no reinício das atividades escolares no exercício de 2012. Para comprovação dos saldos existentes, anexamos cópia dos extratos bancários das referidas contas correntes/aplicações (fls. 53 a 56).



5.2 APLICAÇÃO RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

O percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 é de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências; estabelecido no § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

5.2.1 Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

H) Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor (R\$)
Atenção Básica (10.301)	1.655.568,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	630.043,72
Vigilância Sanitária (10.304)	10.780,20
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde (10.305)	213,00
Total de Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.296.605,12

I – Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor (R\$)
Recursos Convênios destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	571.301,54
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde	571.301,54

5.2.2 Verificação do Cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT

Componente	Valor (R\$)	%
Total de Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde(H)	2.296.605,12	22,39
(-) Total de Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde (I)	(571.301,54)	(5,57)
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.725.303,58	16,82
Valor Mínimo a ser Aplicado em Ações e Serviços de Saúde	1.538.496,23⁵	15%
Valor acima do limite mínimo (15%)	186.807,36	1,82

⁵ Base de cálculo reduzida, de acordo com Nota Técnica nº 1751/2009/CCONT-STN, excluindo o valor recebido através da parcela extra de 1% do FPM previsto na Emenda Constitucional 55 de 2007, alínea “d”, inciso I do artigo 159 da Constituição Federal, perfazendo uma base de cálculo conforme segue: R\$ 10.468.770,33 – 212.128,83 = 10.256.641,50 x 15% = 1.538.496,23.



Pelo demonstrativo, constata-se que o montante aplicado foi na ordem de **R\$ 1.725.303,58**, correspondendo a um percentual de **16,82%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o Município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

5.2.3 Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Saúde

Descrição da Conta Bancária	Nº. Conta	Saldo (R\$)
Bco Brasil – SIS Fronteiras – Aplicação Financeira	009.288-6	12.601,98
Bco Brasil – Vigilância Sanitária – Aplicação Financeira	005.299-X	13.937,95
Bco BB/Besc – Farmácia Básica – Aplicação Financeira	042.477-3	12.962,39
Bco Brasil – PABA – Aplicação Financeira	006.233-2	43.135,65
Bco BB/Besc – Estratégia Saúde da Família – Aplic.Financ.	056.907-0	31.328,79
Bco Brasil – Pab Fixo – Aplicação Financeira	005.342-2	35.554,54
Bco Brasil – PACS – Aplicação Financeira	005.343-0	33.214,06
Bco Brasil – PSBucal – Aplicação Financeira	005.344-9	10.291,92
Bco Brasil – PSF – Aplicação Financeira	005.345-7	14.840,79
CEF – Bloco Assistência Farmacêutica – Conta Corrente	624.031-9	50,00
CEF – Bloco Assistência Farmacêutica – Aplicação	624.031-9	12.906,46
CEF – Bloco Vigilância em Saúde – Conta Corrente	624.033-5	50,00
CEF – Bloco Vigilância em Saúde – Aplicação	624.033-5	13.742,53
Bco Brasil – PMAQ – Conta Corrente	005.781-9	3.400,00
CEF – Estruturação Serviços de Saúde – Aplicação	624.040-8	16.108,41
Total Vinculado à Saúde em 31/12/2011		254.125,47

Os recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde não aplicados no exercício de seu recebimento serão aplicados no início no exercício de 2012. Para comprovação dos saldos existentes, anexamos cópia dos extratos bancários das referidas contas correntes/aplicações (fls. 57 a 72).



5.3 DESPESAS COM PESSOAL

Conforme artigo 169 da Constituição Federal c/c com o artigo 19, III da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município poderá efetuar gastos com pessoal limitado a 60% da Receita Corrente Líquida. Na seqüência, apresentam-se os valores gastos durante o exercício de 2011.

5.3.1 Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101/2000)

I) Despesas com Pessoal do Poder Executivo	Valor (R\$)
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.291.134,82

J) Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	Valor (R\$)
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	247.543,67

L) Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	Valor (R\$)
“Sem valores a informar”	0,00

5.3.2 Limite máximo de 60% da RCL para gastos com pessoal do Município

Componente	Valor (R\$)	%
Total da Receita Corrente Líquida	11.275.866,09	100,00
Limite de 60% da Receita Corrente Líquida	6.765.519,65	60,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.291.134,82	38,06
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	247.543,67	2,20
Despesa para Efeitos de Cálculo de Pessoal	4.538.678,49	40,26
Valor abaixo do limite máximo de 60%	2.226.841,16	19,74

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou **40,26%** do total da Receita Corrente Líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** com o artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101/2000.



5.3.3 Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos) – Artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
Total da Receita Corrente Líquida	11.275.866,09	100,00
Limite de 54% da Receita Corrente Líquida	6.088.967,69	54,00
Despesas para Cálculo de Pessoal do Poder Executivo	4.291.134,82	38,06
Valor Abaixo do Limite	1.797.832,87	15,94

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo aplicou **38,06%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000.

5.3.4 Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
Total da Receita Corrente Líquida	11.275.866,09	100,00
Limite de 6% da Receita Corrente Líquida	676.551,97	6,00
Despesas para Cálculo de Pessoal do Poder Legislativo	247.543,67	2,20
Valor Abaixo do Limite	429.008,30	3,80

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Legislativo aplicou **2,20%** do total da receita líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000.



5.4 VERIFICAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS DO PODER LEGISLATIVO

5.4.1 Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF)

Mês	Remuneração de Vereador	Remuneração de Deputado Estadual	%
JANEIRO	1.229,73	14.634,07	8,40
FEVEREIRO	1.229,73	14.634,07	8,40
MARÇO	1.229,73	14.634,07	8,40
ABRIL	1.229,73	14.634,07	8,40
MAIO	1.229,73	14.634,07	8,40
JUNHO	1.229,73	14.634,07	8,40
JULHO	1.229,73	14.634,07	8,40
AGOSTO	1.229,73	14.634,07	8,40
SETEMBRO	1.229,73	14.634,07	8,40
OUTUBRO	1.229,73	14.634,07	8,40
NOVEMBRO	1.229,73	14.634,07	8,40
DEZEMBRO	1.229,73	14.634,07	8,40

A remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de **20%** (referente aos seus 4.633 habitantes (Fonte: IBGE / ano 2010)), da remuneração dos Deputados Estaduais, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 29, inciso VI da CF.

5.4.2 Limite Máximo de 5% da Receita do Município para a Remuneração Total dos Vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)

Receita Total do Município	Remuneração Total dos Vereadores	%
12.725.880,49	169.709,38	1,33

O montante gasto com a remuneração dos vereadores no exercício foi da ordem de **R\$ 169.709,38**, representando **1,33%** da receita total do Município. Desta forma, fica evidenciado o **CUMPRIMENTO** do estabelecido no artigo 29, VII da Constituição Federal.



Importa destacar que a remuneração total dos Vereadores refere-se ao somatório dos subsídios referentes aos meses de janeiro a dezembro/2011 (R\$ 139.471,88) acrescidos de 21,68% deste total (R\$ 30.237,50), equivalente à contribuição previdenciária (parte patronal) devida.

5.4.3 Limite Máximo de 70% da Receita da Câmara para o total da despesa relativa à folha de pagamento, inclusive dos vereadores (artigo 29-A, § 1º da CF)

Receita do Poder Legislativo	Despesa com Folha Pagamento	%
390.686,40	203.786,38	52,16

O total das despesas de pessoal e encargos sociais do Poder Legislativo do município de Tunápolis corresponde a R\$ 247.543,67, sendo considerado neste demonstrativo, apenas o valor inerente a folha de pagamento, desconsiderando os R\$ 43.757,29 das despesas empenhadas no elemento de despesa 3.1.90.13 – Obrigações Patronais. Destarte essas informações, o valor de **R\$ 203.786,38**, correspondendo a **52,16%** da receita total do poder legislativo.



6. GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

6.1 METAS REALIZADAS EM RELAÇÃO ÀS PREVISTAS

6.1.1 Meta Fiscal de Resultado Nominal prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º.

EXERCÍCIO DE 2011	PREVISTA NA LDO R\$	REALIZADA R\$	DIFERENÇA R\$
	94.592,53	(503.961,36)	(598.553,89)

A meta fiscal de resultado nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO para o exercício de 2011 foi de R\$ 94.592,53, sendo que o resultado efetivamente alcançado foi de R\$ (503.961,36), atendendo o que preceitua o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Ressaltamos que o resultado nominal alcançado no exercício representa o quanto à dívida do município diminuiu no período, levando em consideração o ativo disponível na data base 31/12/2011.

6.1.2 Meta Fiscal de Resultado Primário prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º

EXERCÍCIO DE 2011	PREVISTA NA LDO R\$	REALIZADA R\$	DIFERENÇA R\$
	(59.118,63)	(399.965,10)	(340.846,47)

A meta fiscal de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO para o exercício de 2011 foi de R\$ (59.118,63), sendo que o resultado efetivamente alcançado foi de R\$ (399.965,10), não atendendo ao que dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Ressalta-se que o resultado primário é apurado através da diferença entre receitas e despesas, delas excluídas tudo que se refira a juros e a principal da dívida, tanto pagos quanto recebidos.



Para cálculo do valor do resultado primário no encerramento do exercício, foram consideradas executadas as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (valor de R\$ 1.001.002,51), conforme preceitua o artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64, interferindo negativamente no resultado final alcançado. Ressaltamos que o resultado primário foi prejudicado devido aos valores inscritos em restos a pagar não processados (R\$ 539.050,00) inerentes a recursos de convênios federais não liberados tempestivamente, conforme exposto na página 23 do presente relatório.

6.1.3 Metas Bimestrais de Arrecadação – Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 8º c/c 9º e 13º

Na seqüência, demonstramos os valores das metas bimestrais de arrecadação das receitas do município de Tunápolis, comparando-os com os valores efetivamente arrecadados durante o exercício.

Período	Previsão (R\$)	Realizada (R\$)	Diferença (R\$)	Acumulado (R\$)
1º Bim	1.741.219,06	1.907.451,84	166.232,78	166.232,78
2º Bim	1.626.468,42	1.986.269,00	359.800,58	526.033,36
3º Bim	1.567.461,15	1.969.451,95	401.990,80	928.024,16
4º Bim	1.556.640,50	1.921.011,72	364.371,22	1.292.395,38
5º Bim	1.693.732,09	1.936.587,19	242.855,10	1.535.250,48
6º Bim	1.842.869,39	3.005.108,79	1.162.239,40	2.697.489,88
TOTAL	10.028.390,61	12.725.880,49	2.697.489,88	

No exercício em análise, houve excesso de arrecadação acumulado de **R\$ 2.697.489,88**, sendo que grande parte utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares. Diante da apuração de excesso de arrecadação em todos os bimestres, não houve limitação de empenhos e da movimentação financeira, consoante ao que dispõe o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



6.2 PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

No exercício em exame, as publicações do Relatório de Gestão Fiscal foram feitas no mural público da sede administrativa da Prefeitura Municipal, bem como, no Diário Oficial dos Municípios/SC, nas seguintes datas:

Gestão Fiscal	Publicação	Local
1º Sem/2011	21/07/2011	DOM/SC – Edição nº 786.
2º Sem/2011	27/01/2012	DOM/SC – Edição nº 912.

Importa destacar que o município adotou o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, como órgão oficial para as publicações legais e divulgação dos atos administrativos, conforme Lei Municipal nº 913 de 29 de outubro de 2008. Salientamos que as publicações são feitas através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, mantido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, vinculado a Federação Catarinense dos Municípios.

6.3 PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício em exame, as publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária foram feitas em mural público da sede administrativa da Prefeitura Municipal, bem como, no Diário Oficial dos Municípios/SC, nas seguintes datas:

RREO	Publicação	Local
1º Bim/2011	30/03/2011	DOM/SC – Edição nº 708.
2º Bim/2011	25/05/2011	DOM/SC – Edição nº 746.
3º Bim/2011	21/07/2011	DOM/SC – Edição nº 786.
4º Bim/2011	28/09/2011	DOM/SC – Edição nº 834.
5º Bim/2011	28/11/2011	DOM/SC – Edição nº 874.
6º Bim/2011	27/01/2012	DOM/SC – Edição nº 918.



Essas foram às principais considerações a serem feitas sobre o balanço da Execução Orçamentária e Financeira do exercício financeiro de 2011, do município de Tunápolis, consolidado com os Fundos Municipais, comprovando-se os valores através dos anexos apresentados a esta Corte.

Tunápolis – SC, 06 de fevereiro de 2011.

Enoí Scherer
Prefeito Municipal

Janete Rempel Bieger
Contadora CRC/SC 027.120/O-5



ANEXOS